

PROJETO ELEITOR DO FUTURO E AS PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Karina Leão*

RESUMO: *A Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia vem tentando implementar projetos de extensão acadêmica. Um deles batizado de “Eleitor do Futuro: Educação Jurídica para a Cidadania” busca fomentar a leitura crítica da cidadania, através de oficinas, em escolas públicas e instituições sociais de Salvador e sua Região Metropolitana. Neste trabalho, resultado de minha pós-graduação em Educação, respondo algumas questões que, no curso do desenvolvimento desta atividade de extensão, têm se mostrado como suas premissas norteadoras. Desse modo, importa saber o que é o Projeto Eleitor do Futuro; seus objetivos; a quem se destina e como é aplicado. Interessa conhecer em que medida a atividade complementa a formação dos estudantes de graduação que, vinculando-se à atividade, exercem papel de destaque na sua execução e quais suas representações sobre os conceitos trabalhados. E, ainda, considerando-se a proposta pedagógica do Projeto, em que medida a multidisciplinaridade se materializa. Para tanto, contei com o material produzido pelo Projeto Eleitor do Futuro na Bahia e em diversos estados brasileiros, bem como com os relatórios de atividades, correspondências e dados colhidos nos anos de 2002 a 2004. Assinalo as perspectivas de uma educação voltada para a comunidade e que, graças ao empenho de seus estagiários e coordenadores, a cada ano, vence obstáculos e transforma o sonho de cidadania em realidade.*

Palavras Chaves: Direito; Cidadania; Educação

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, mesmo que de modo incipiente, em razão da falta de estímulo financeiro, político e acadêmico que assola as nossas universidades públicas, vem tentando implementar alguns projetos de extensão acadêmica.

Um deles batizado de “Eleitor do Futuro: Educação Jurídica para a Cidadania” busca fomentar a leitura crítica da cidadania, através de oficinas, em escolas públicas e instituições sociais de Salvador e sua Região Metropolitana, além de incentivar a participação de crianças e adolescentes em processo eleitoral simulado para eleição de representantes estudantis.¹

Neste trabalho, resultado de minha pós-graduação em Educação, respondo algumas questões que, no curso do desenvolvimento desta atividade de extensão, têm se mostrado como suas premissas norteadoras, pois em razão delas o Projeto tem assumido uma feição distinta de outras existentes pelo país afora.

Desse modo, importa saber o que é o Projeto Eleitor do Futuro; seus objetivos; a quem se destina e como é aplicado. Importa, ainda, saber como sua Coordenação na Bahia o concebe e que dimensão de cidadania pretende multiplicar, através da realização de oficinas e processo eleitoral simulado nas escolas da rede municipal de Salvador e sua região metropolitana. Também interessa conhecer em que medida a atividade complementa a formação dos estudantes

* Licenciada em História pela Universidade Católica do Salvador UCSal. Especialista em Educação pela UNEB. E-mail: nicae@pop.com.br. Orientadora: Nilza Reis, Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, Professora Assistente II da FDUFB. Coordenadora Geral do Projeto Eleitor do Futuro (BA) e da atividade de extensão acadêmica *Educação para a Cidadania*.

¹ vide Folder de divulgação (2004), elaborado pela Coordenação Geral do Projeto.

de graduação que, vinculando-se ao Projeto, exercem papel de destaque na sua execução e quais suas representações sobre os conceitos trabalhados.

O que pensam tais estudantes, no Projeto, atuam como estagiários, monitores e coordenadores, a respeito da realidade dessas crianças e adolescentes que participam de suas oficinas? E, ainda, considerando-se a proposta pedagógica do Projeto, em que medida a multidisciplinaridade se materializa?

Para tanto, contei com o material produzido pelo Projeto Eleitor do Futuro na Bahia e em diversos estados brasileiros, bem como com os relatórios de atividades, correspondências e dados colhidos nos anos de 2002 a 2004. Contei, também, com entrevistas e questionários fornecidos pela Coordenação, colaboradores e estudantes de graduação envolvidos na atividade “Educação Jurídica para a Cidadania”.

No capítulo I, enfoca-se a discussão existente em torno do conceito de Cidadania. Pois, como bem observa a Professora Maria de Lourdes Covre², o tema é encontrado nos mais variados espaços, fazendo-se presente em diferentes discursos:

Há algum tempo o tema cidadania passou a ser o mais ventilado no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil. Ele aparece na fala de quem detém o poder político (...) na produção intelectual e nos meios de comunicação e também junto às camadas mais desprivilegiadas da população. (...) hoje a cidadania é assunto de debate tanto na democracia ocidental quanto no Leste Europeu, entre todas as classes sociais, aparecendo na pauta de diversos movimentos sociais.³

Assim, vale perguntar que Cidadania é esta de que falamos e como é construída e vivida no Brasil. Para tal nos valem os ensinamentos do Professor Jaime Pinsky:

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. (...) não se pode, portanto, imaginar uma seqüência única, determinista e necessária para a evolução da cidadania em todos os países (...) [A cidadania é] um processo, um movimento lento, não linear, mas perceptível, que parte da inexistência de direitos para a existência de direitos cada vez mais amplos.⁴

Aproveitei o percurso traçado pelo Historiador José Murilo de Carvalho, que refaz o caminho percorrido pela Cidadania do Brasil, para pontuá-lo por comentários, sempre pertinentes, de outros autores como o antropólogo Roberto DaMatta,

Vencida esta primeira tarefa, identificar a Cidadania com a qual estamos trabalhando, passei, ainda neste capítulo, a outro problema. A Cidadania aqui em foco é trabalhada e multiplicada, tendo como pano de fundo um projeto de extensão acadêmica. Por conseguinte, cabe indagar o que é extensão acadêmica e como a Universidade Federal da Bahia concebe este tipo de atividade.

É igualmente relevante travar uma relação entre esta Cidadania e a extensão acadêmica que vem sendo desenvolvida por estudantes de graduação de vários cursos e diversas instituições. Daí ser o título deste primeiro capítulo: *Cidadania e extensão acadêmica: uma relação necessária*.

O capítulo seguinte, *O Projeto Eleitor do Futuro*, aborda a iniciativa do Ministro Sálvio

² Autora da obra “o que é Cidadania”, editada pela Brasiliense.

³ MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2.ed., 1996, 190p. Coleção Primeiros Passos. p.7-8.

⁴ Artigo intitulado “História da Cidadania”, publicado no nº 23, abril/2003, ano II.

de Figueiredo Teixeira⁵, que, inspirado em uma experiência bem sucedida na Costa Rica, delineou um projeto que, com algumas alterações (para atender a peculiaridades regionais), vem sendo posto em prática em diversos estados brasileiros.

O terceiro capítulo, *Educação Jurídica para a Cidadania*, constitui-se, na verdade, em um esforço para relatar como esta atividade de extensão acadêmica, uma adaptação do Projeto original, desenvolvida pelo Departamento de Direito Privado da FDUFBA, em parceria com o TRE-BA e diversas instituições de ensino, vem enfrentando e superando os desafios de ultrapassar os muros que separam os campi universitários da sociedade.

Por fim, nas Considerações Finais, aqui sob a epígrafe de “conclusão”, assinalo as perspectivas de uma educação voltada para a comunidade e que, graças ao empenho de seus estagiários e coordenadores, a cada ano, vence obstáculos e transforma o sonho de cidadania em realidade.

CIDADANIA E EXTENSÃO ACADÊMICA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Nas primeiras linhas de seu livro, o Historiador José Murilo de Carvalho se dá conta de que: “A cidadania caiu, literalmente, na boca do povo. (...) políticos, jornalistas, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. (...) No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã.”⁶

De modo análogo, o Professor Vanderlei de Barros Rosas constata: “Nunca se falou tanto sobre cidadania, em nossa sociedade, como nos últimos anos”, revelando uma inquietação que instiga o meio acadêmico e engendra debates: “Mas, afinal o que é cidadania?”.⁷

A idéia de que neste país “(...) cidadania e cidadão são no geral utilizados de forma ambígua e imprecisa nos mais diferentes textos e contextos”⁸, prevalece como verdadeira, sendo parte de certo consenso no que tange à concepção de cidadania como um processo dinâmico, construído na prática cotidiana dos sujeitos sociais.

Para a maioria dos cientistas sociais brasileiros, o conceito é “resultado de processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade”⁹, sendo a cidadania um fenômeno complexo e historicamente definido.

O ideal de cidadania plena pode ser semelhante em inúmeros países de tradição ocidental, como França, Alemanha, Estados Unidos, mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta, pois, como salienta o antropólogo Roberto DaMatta, “em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos”.¹⁰

No caso do Brasil, ressalta Carvalho, é necessário seguir viagem por caminhos tortuosos, uma vez que algumas características de nossa colonização deixaram marcas indelévels.

⁵ Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 18/05/1989. Foi Ministro titular do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 03/04/2001 a 02/04/2003 e Corregedor Geral da Justiça Eleitoral de 13/03/2002 a 02/04/2003. Vice-Presidente do STJ, da Corte Especial e do Conselho de Justiça Federal - Biênio 04/2004 - 04/2006.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5.ed, 2004, 236p. p.7.

⁷ Artigo disponível no endereço <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei7.htm>

⁸ COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme da (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000, 492p.

⁹ MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2.ed., 1996, 190p. Coleção Primeiros Passos. p.8

¹⁰ DAMATTA, Roberto. *Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional*. In: DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4.ed, 1991, p.71-102.

O legado português incluía, dentre outros, população analfabeta, sociedade escravocrata, economia voltada para a monocultura e o latifúndio, não havendo cidadãos brasileiros, tampouco educação popular que permitisse às pessoas ter ciência de seus direitos ou as estimulasse a lutar por eles.

Pode-se perguntar em que contexto viviam as pessoas no Brasil, sob a herança lusitana, e por que tamanha apatia em relação a direitos tidos como fundamentais desde o iluminismo Europeu.

Primeiro é preciso destacar que a colonização no Brasil teve, diferentemente do que ocorreu na América do Norte, conotação eminentemente comercial, sendo uma aliança entre a monarquia e particulares, na qual o poder privado exercia domínio incontestado. Segundo, nem mesmo na América Espanhola, tão espoliada quanto a sua vizinha, houve tanto descaso para com a educação popular, impondo obstáculos à construção da cidadania civil e política.

As peculiaridades no Brasil são tão numerosas, que nem mesmo a noção de que “historicamente, a cidadania foi concedida a restritos grupos de elite”¹¹ é precisa. Embora tivéssemos os Senhores do período colonial, aqueles eram sujeitos a quem faltava o próprio sentido de cidadania, o projeto da igualdade perante a uma lei imposta a todos.

Os *homens bons*, como eram conhecidos aqueles Senhores da colônia, eram: “simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. (...) o governo terminava na porteira das grandes fazendas (...) não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público”.¹²

Vemos que, por diversas razões, não fomos, historicamente, preparados para viver a experiência da Cidadania ou da sua efetiva prática.

É nesse contexto que a extensão acadêmica assume papel relevante, por ser um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, estabelecendo a troca de saberes, criando a possibilidade de confronto entre a realidade brasileira e a regional, democratizando o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Na UFBA, a extensão constitui o espaço do exercício de uma das mais importantes funções da Universidade – aquela que vincula ensino/pesquisa e sociedade, articulando a Instituição com os diversos segmentos sociais, envolvendo docentes, discentes e servidores, num esforço conjunto de viabilizar propostas e encaminhar soluções.

A Universidade Federal da Bahia vem demonstrando – através de inúmeros projetos consistes, articulados em parcerias e de inegável relevância social – que a extensão é um objetivo possível e enriquecedor da vida acadêmica, contrapondo-se um modelo eivado de “posturas iluministas (difundir o saber) e assistencialistas (atender aos mais necessitados)”, fragmentado (atividades pontuais ou de curta duração), ou ainda produzido para resolver problemas imediatos (gerar pequenos recursos para resolver pequenas necessidades).”¹³

Um de seus projetos de extensão é a atividade permanente *Educação Jurídica para a Cidadania*, desenvolvida pelo Departamento de Direito Privado da FDUFBA, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, como um dos vários formatos do Projeto Eleitor do Futuro.

O PROJETO ELEITOR DO FUTURO

O Projeto Eleitor do Futuro foi concebido para estimular a participação de crianças e

¹¹ VIEIRA, Listz. Em torno do conceito de cidadania. In: VIEIRA, Listz. Os argonautas da cidadania - a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001, 403p.

¹² op. cit. pg. 21-22.

¹³ No endereço www.ufba.br há um link onde é possível o programa de pesquisa e extensão acadêmica da UFBA.

adolescentes no processo eleitoral, alertando-as “para os vícios que descaracterizam e contaminam a essência do voto, conscientizando-os sobre a ética na política e no exercício do voto”¹⁴.

Seu idealizador, o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, preocupado com os constantes casos de fraudes eleitorais que ocorrem no Brasil, tais como o emblemático exemplo do Município de Camaçari¹⁵, acreditando ser a educação o caminho efetivo para o exercício pleno da cidadania, propôs que os Tribunais Regionais Eleitorais, através de parcerias, implementassem um projeto pedagógico que tivesse os seguintes princípios:

a) a criança e o adolescente serão vistos como interlocutores privilegiados nas ações educativas do projeto; b) a criança e o adolescente serão vistos como parte da solução na busca da ética na política e no exercício do voto; c) o projeto respeitará a liberdade, iniciativa e a responsabilidade das crianças e adolescentes; d) A compreensão de que a formação das crianças e adolescentes para a vida, passa pela educação, garantindo-se o desenvolvimento de sua autonomia, solidariedade e competência.¹⁶

A inquietação do Ministro encontra razão de ser em um país historicamente marcado por fraudes e golpes contra a vontade popular. José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, acentua que a maior parte dos cidadãos do país não tinha tido prática do exercício do voto durante a Colônia, nem noção do que significava eleger alguém como representante político¹⁷.

Os anos que se seguiram à Independência levaram o país a uma intensa luta política, na qual o que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local, que proporcionava, nas palavras de Carvalho, *espetáculos tragicômicos*.

Malgrado os governos de então tentassem reformar a legislação para evitar a violência e a fraude, as disputas acabavam sendo decididas pela turbulência, pela pancadaria e pela criatividade. Carvalho relata o surgimento de diversos sujeitos, especialistas em burlar eleições:

“O principal era o cabalista. A ele cabia garantir a inclusão do maior número possível de partidários de seu chefe na lista de votantes. Um ponto importante para a inclusão ou exclusão era a renda. Mas a lei não dizia como ela devia ser demonstrada. Cabia ao cabalista fornecer a prova, que em geral era o testemunho de alguém pago para jurar que o votante tinha renda legal. O cabalista devia ainda garantir o voto dos alistados. Na hora de votar, os alistados tinham que provar sua identidade.”¹⁸

Mas não só o cabalista agia. Contava ele com a ajuda de dois outros comparsas: o fósforo e o capanga eleitoral. O primeiro deles estava incumbido de comparecer às urnas e votar, o segundo de assegurar que o processo transcorresse sem sustos para seus coronéis.

“Os capangas cuidavam da parte mais truculenta do processo. Eram pessoas violentas a soldo dos chefes locais. Cabia-lhes proteger os partidários, e sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que comparecessem à eleição.”¹⁹

¹⁴ Cartilha Eleitor do Futuro, publicada pelo TSE em agosto de 2003. pg.5.

¹⁵ Município da Região Metropolitana de Salvador (Bahia), onde se verificou que uma rua que possuía cerca de 8 casas constava como residência de milhares de eleitores.

¹⁶ Programa Eleitor do Futuro (ampliação), pg.7.

¹⁷ op. cit. pg.32

¹⁸ op. cit. pg.32-33

¹⁹ op. cit. pg.34

Alguns poderiam até argumentar que tais fatos fazem parte de um Brasil do século XIX, pois hoje o sufrágio é secreto e universal, sendo garantido, indistintamente, o direito de voto a todos, inclusive analfabetos.

Mas se por um lado, o caminhar da História Política brasileira tem levado a transformações significativas no processo eleitoral, não podemos negar que, ao longo das décadas, certos expedientes e personagens têm se perpetuado.

O que dizer do bom e velho “fósforo”, aquele indivíduo encarregado de votar por terceiros? Terá ele desaparecido? De modo algum... basta que olhemos para municípios como Camaçari, onde o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, após processo de correção, cancelou milhares de títulos eleitorais de pessoas inexistentes ou falecidas e que, ainda assim, teimavam em depositar seu voto na urna.

Concluimos, a exemplo do ocorrido em Camaçari e em inúmeras outras localidades, que nos dias de hoje, já no século XXI, existem brasileiros que continuam a repetir antigas práticas, tais como aquelas dos tempos do Império:

Se o alistado não podia comparecer por qualquer razão, inclusive por ter morrido, comparecia o fósforo, isto é, uma pessoa que se fazia passar pelo verdadeiro votante. Bem-falante, tendo ensaiado o seu papel, o fósforo tentava convencer a mesa eleitoral de que era o votante legítimo. O bom fósforo votava várias vezes em locais diferentes, representando diversos votantes. Havia situações verdadeiramente cômicas. Podia acontecer aparecerem dois fósforos para representar o mesmo votante. Vencia o mais hábil ou o que contasse com claque mais forte. O máximo da ironia dava-se quando um fósforo disputava o direito de votar com o verdadeiro votante. Grande façanha era ganhar tal disputa. Se conseguia, seu pagamento era dobrado²⁰.

Também não podemos esquecer que, nos dias que correm, ainda remanescem certos locais do país, pequenos lugarejos ou mesmo grande centros urbanos, onde a população vive em situação de extrema pobreza, e as condições materiais não permitem a efetivação de direitos sociais considerados básicos.

Assim como no período que vai de 1822 a 1881, persiste a relação de dependência em relação a certo grupo político ou filiação a determinada figura da região, reforçando a idéia de que o voto ainda é um ato de obediência forçada, ato de lealdade e gratidão, sendo a eleição não um processo que fortalece as bases das instituições democráticas, mas uma oportunidade para auferir vantagem, seja ela uma roupa nova, um par de sapatos, um saco de cimento ou mesmo um prato de comida.

Por anos a fio, a eleição ideal era aquela feita a “bico de pena”, apenas com a caneta, sem que os votantes comparecessem ao pleito e mesmo assim fosse lavrada ata como se tudo tivesse se passado absolutamente de acordo com a lei. O voto não era um exercício do auto-governo, do direito de participar da vida política do país, mas um artifício usado por determinados grupos para conquistar e manter o poder.²¹

Ciente destas e de tantas outras mazelas que permeiam nossa história política, o Min. Sálvio de Figueiredo, corroborando a idéia de que “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”²², empenhou-se em fazer com que a Justiça Eleitoral participasse, ativamente, da formação de

²⁰ idem.

²¹ Manzine-Covre, em obra já citada, ressalta que percorrer as trilhas que levam à concretização das diversas propostas de cidadania é tarefa árdua, pois “quem detém o poder cuidar de encaminhar as coisas na direção que atenda basicamente os seus interesses e não ao interesse de todos, apesar da aparência contrária.”

²² op. cit. pg.11

crianças e adolescentes, futuros eleitores.

Surge então um Projeto que, tendo como baliza os princípios antes referidos, deveria ter como objetivo precípuo “difundir e conscientizar os futuros eleitores, compreendidos na faixa etária de 10 a 15 anos, a importância do exercício do direito de votar, a relevância do seu papel na sociedade e a responsabilidade que o voto acarreta na sua vida, da sua família e da sociedade em que faz parte”.

EDUCAÇÃO JURÍDICA PARA A CIDADANIA

Na Bahia, o Projeto assumiu perfil distinto. Desenvolvido e implementado como atividade de extensão acadêmica para graduandos de diversos cursos, assegura o intercâmbio entre diferentes universos (futuros historiadores, bacharéis em direito, psicólogos, cientistas sociais, pedagogos) – reforçando a idéia da multidisciplinaridade e permitindo a todos esses estudantes universitários um contato com o cotidiano de sujeitos sociais que vivem além dos limites da universidade.

Essa preocupação com a vida para além dos bancos escolares, esse desejo de transpor os muros universitários, vem norteando o Projeto desde então e fica evidente na fala de sua Coordenadora Geral:

(...) o Projeto leva o estudante para a vida real... então, há pessoas, especialmente na área jurídica, que têm o hábito de permanecerem em gabinetes... eu acho que a gente tem que ir para a vida real, para manter contato com isto, porque é uma troca na verdade... nós não estamos oferecendo lições, vamos dizer assim, aos estudantes... nós estamos trocando [experiências] com esses estudantes... então, eles dão para a gente muita coisa que nós desconhecemos, certamente... e nós oferecemos a eles caminhos, é claro, que eles podem utilizar, com essa consciência”²³.

A partir de janeiro de 2003, o Projeto Eleitor do Futuro, na Bahia, passou a ser pensado, discutido, elaborado e executado como uma atividade de extensão acadêmica implementada pela Faculdade de Direito da UFBA, através do seu Departamento de Direito Privado, em parceria com Centro de Estudos Jurídicos (CEPEJ) e outras tantas entidades.

Não se pode dizer que o caminho a percorrer tenha sido fácil... ao contrário, o Projeto enfrentou (e enfrenta) percalços os quais, em seu cotidiano, vêm sendo superados de forma bem sucedida. Meu trabalho de conclusão de curso reconstrói sua trajetória... de janeiro de 2003 a fevereiro de 2005, traça-se um esboço desta atividade de extensão que envolve não apenas estudantes, professores, orientadores e colaboradores, mas todos aqueles que fazem do Direito, da Cidadania e da Educação instrumentos de transformação da realidade.

Firmada a parceria com o CEPEJ, o Projeto consolidou uma nova estrutura. A Coordenação Geral contaria com o apoio de uma Coordenação Executiva, encarregada de tomar as providências administrativas para a boa execução do planejamento, como, por exemplo, emitir certificados, conseguir transporte para os estagiários, etc... e uma Coordenação Pedagógica, responsável pela seleção e realização da capacitação daqueles graduandos que atuariam junto às escolas e/ou instituições participantes.

²³ Trecho de entrevista concedida pela Coordenadora Geral do Projeto, quando da elaboração

O cronograma do Projeto²⁴ que, em 2003, previa para o seu início o mês de janeiro foi alterado, para que houvesse tempo hábil para o planejamento das atividades pedagógicas, divulgação nas diversas faculdades e capacitação dos participantes. Definiu-se que, no ano de 2003, trabalhar-se-ia com escolas da rede municipal de Camaçari e com as mesmas entidades que haviam participado no ano anterior, ou seja, Projeto Caminhar e os colégios da rede particular de ensino Módulo e Anchieta.

A escolha de tais entidades se justifica na medida em que foram adotados critérios objetivos. Não podendo realizar o Projeto em todas os estabelecimentos educacionais (públicos ou não), por falta de condições materiais, optou-se por aquelas escolas e projetos sociais que, em 2002, apesar de todas as vicissitudes, enfrentaram os obstáculos do primeiro ano e, ainda assim, abraçaram a idéia, concretizando os objetivos do “Eleitor do Futuro” e pelo Município de Camaçari, por ter sido ele, nas palavras da Profa. Nilza Reis, “emblema do que não deve ser jamais um processo eleitoral”.

“O ato de votar não é uma brincadeira... além do que há de esclarecer sobre as mazelas históricas, vamos dizer assim, que o processo eleitoral vivenciou no país, por razão de sua própria formação colonial... dos vícios... coronelismo, das eleições fictícias, onde as atas eram simuladas, como se os eleitores tivessem votado... todavia, as eleições eram decididas pelos coronéis e ainda há ranços dessa postura”²⁵.

A multidisciplinaridade foi o norte dos facilitadores que adotaram como enfoque para tratar dessas temáticas os olhares das Ciências Sociais, buscando um diálogo efetivo entre o Direito e a História, a Antropologia e a Educação.

A primeira das oficinas, *Identidade – Quem sou eu?*, tem como objetivo básico fazer o aluno refletir sobre o seu lugar no mundo, sobre si mesmo e, sobretudo, como se relaciona com o outro, de forma a desenvolver uma postura crítica acerca de si e da sociedade da qual faz parte.

A partir da poesia “Eu, Etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade, onde há uma reflexão sobre a identidade, a perda ou o esquecimento de quem somos, levados ao automatismo, discutíamos o peso do ter sobre o ser, abordando os seguintes conteúdos: a) a construção da realidade social, b) conceito de identidade social, c) identidade nacional: uma tradição de cultura, origem e etnias e a consciência do grupo humano de que esses elementos comunitários estão presentes.

A segunda oficina, *Viva a Diferença!*, trata das diferenças culturais e tem como objetivos: a) trabalhar com uma idéia mais plena do que é ser cidadão(ã), e de que isto passa pelo respeito às especificidades de cada pessoa cidadã – sejam essas especificidades étnico-culturais, de gênero, raça ou classe social; b) trazer questões sobre a pluralidade cultural, enfatizando que ser plural é da natureza humana; c) construir com os alunos a percepção da riqueza da diversidade cultural, observando que devemos nos preparar a cada dia para esse mundo da diferença, para a solidariedade entre os diferentes. Esta oficina versava sobre diversidade Cultural; alteridade; temas transversais e potencial da imagem. Foi desenvolvida a partir da análise das notícias veiculadas por jornais/revistas.

Cidadania, a oficina de número 3, tinha como questão principal a ideologia e o discurso competente. Seu objetivo principal era dialogar com os alunos, a partir das suas contradições e coerências na sociedade em que vivem, para que consigam perceber o lugar de onde falam e

²⁴ O primeiro folder de divulgação, lançado em novembro de 2002, trazia um calendário segundo o qual as atividades do Projeto deveriam ser desenvolvidas no período de janeiro a junho de 2003. A atuação nas escolas se daria nos meses de março, abril e maio. Neste último mês ocorreria o processo eleitoral simulado (vide anexo 10).

²⁵ Anexo3.

como falam sobre si e sobre os outros. Dentre as propostas desta oficina, os alunos deveriam: a) perceber que o conceito de cidadania transcende a valores puramente estéticos, ou midiáticos, e que no mundo existem outras pessoas; b) atentar para o mundo da diferença, para a solidariedade entre os diferentes e para o fato de que ser cidadão não é um rótulo ou um mero “slogan”.

A quarta oficina, sobre os *Direitos Fundamentais*, começava falando rapidamente a respeito de tais direitos. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, buscava-se discutir o seu exercício efetivo, apontando ser necessário repensar nossas posturas e atitudes, tomando consciência de que a sobrevivência, hoje, é uma via de mão dupla.

As crianças e adolescentes participantes desta oficina deveriam se dar conta de que outras realidades sociais estão presentes no nosso dia-a-dia e que, de alguma maneira, somos responsáveis por elas, sendo capazes de formular uma análise crítica, com propostas de mudança.

Por fim, a oficina 5, cujo título era *Democracia Representativa (Formação de líderes)*, teve como metodologia a realização de debates e palestras. Seu objetivo era estabelecer um debate entre aquele que se pretende representante do grupo com o grupo, de forma a que os “jovens eleitores” percebam que, para liderar uma construção coletiva, é de suma importância saber conduzir as ações, estimulando a participação das decisões e das mudanças. A experiência dos sujeitos representados é importante no processo, já que um líder não se auto-representa, mas representa uma comunidade.

Sendo um Projeto eminentemente de cunho pedagógico, a atividade de extensão acadêmica “Educação Jurídica para a Cidadania” não poderia prescindir de instrumentos de avaliação. Em especial, de auto-avaliação. Por conseguinte, os Monitores (estagiários) foram orientados no sentido de que a cada visita à Escola deveriam apresentar relatórios onde avaliariam o trabalho realizado em sala.

Durante os meses de julho e agosto, os estagiários remanescentes e os coordenadores realizaram as oficinas “Quem sou eu?” e “da escola que temos a escola que queremos”²⁶ na Escola Municipal Maria Quitéria e, ainda, nas três unidades do Projeto Caminhar, localizadas no 19 BC (Cabula), Base Naval (Aratu), Base Área (Aeroporto).²⁷ No Projeto Caminhar dos 217 “jovens eleitores”, 189 votantes compareceram ao pleito. Ou seja, 87,09% dos cadastrados exerceram o direito de escolher o seu “comandante mirim”. Na Escola Municipal Maria Quitéria, além de votar os alunos vivenciaram etapas do processo eleitoral como o recebimento do título, à espera na fila de votação e o exercício das funções de mesário.

Já tendo passado por certas adversidades, tais como verificar que sua realização em escolas particulares é inócua e que, durante a sua execução, é possível que grande número de estagiários se desvincule de suas atividades, como aconteceu na 2ª etapa em Camaçari. Pode-se dizer que o ano passado (2004) foi de consolidação para o Projeto.

Primeiro porque se buscou ampliar o leque de convênios, selando parceria não apenas com a Universidade Católica do Salvador, mas com outras Instituições como a Faculdade de Ciências da Bahia (FABAC). Segundo porque o planejamento foi bem mais rigoroso não só no que tange ao cronograma de atividades, como às diretrizes da capacitação, ao nível de comprometimento dos estagiários (que de modo efetivo colaboraram para além das atividades em sala) e à definição de critérios de avaliação para a atuação do Projeto junto às Escolas.

Em 2004, participaram cerca de 6.000 crianças e adolescentes matriculados em seis escolas da rede pública de ensino, em Salvador. Tais escolas foram indicadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, seguindo os seguintes critérios: a) localização – as escolas

²⁶ Estas mesmas oficinas foram novamente aplicadas no ano seguinte, na rede municipal de ensino de Salvador. Quando tratarmos das atividades de 2004, as abordaremos de modo detalhado.

²⁷ As oficinas da 2ª etapa estão nos anexos 28 e 29.

participantes deveriam estar preferencialmente localizadas na periferia ou em bairros distantes do centro (figura 9); b) nº de alunos e proximidade – por uma questão de logística, a Secretaria de Informática do TRE-BA informou que, por ser ano de eleições oficiais, só poderia dar suporte técnico durante a eleição simulada se as escolas selecionadas fossem próximas umas das outras, e o contingente de votantes não superasse a casa dos 6.000.

As oficinas e a eleição simulada, diferentemente do que aconteceu em 2003, ocorreram simultaneamente em todas as unidades participantes: Escola Municipal Fazenda Coutos no bairro de Fazenda Coutos, Escola Profa. Alexandrina Santos Pita no bairro de Pirajá, Escola Antônio Carvalho Guedes no bairro Capelinha de São Caetano, Escola Almirante Ernesto de Mourão Sá no bairro de Paripe, Escola Municipal de Periperi, bairro de em Periperi, e Escola Pirajá da Silva no bairro da Liberdade.

Os estagiários aplicaram as oficinas sempre em duplas ou em trios e em seus relatórios, além de descrever o ocorrido em sala, fizeram avaliação dos seus companheiros de atividade, do Monitor (Coordenador) que os acompanhou e de si mesmos.

Foram utilizados como critérios para nortear tais avaliações os seguintes tópicos: a) apresentação pessoal e postura; b) comunicação; c) domínio dos conteúdos; d) metodologia empregada; e) relação educador/educando; f) relação estagiário/estagiário; g) nível de participação do grupo; h) otimização do tempo; h) habilidade para lidar com o grupo.

De modo diverso do ocorrido em 2003, 80% dos estagiários entregou relatórios, relativos a cada visita, cumprindo o quanto disposto. Tais relatórios são considerados de fundamental importância, pois, através deles, consegue-se fazer uma leitura do andamento do Projeto e aparar possíveis arestas, corrigindo-se falhas e adaptando-se os procedimentos.

Concluídas as oficinas 1 e 2 em todas as escolas, os Estagiários foram substituídos, durante a oficina 3, pela Coordenação Geral. Esta etapa, em realidade, foi não uma oficina, mas um ciclo de debates e palestras que percorreu todas as escolas a fim de fomentar a discussão sobre o processo eleitoral.

Cada escola teve suas peculiaridades respeitadas. Este foi o caso da já citada Escola Alexandrina Santos Pita que, além de discutir as questões propostas pela Coordenação do Projeto, suscitou outras tantas como “negro vota em negro? Por quê?”

Contrastando com a experiência na rede particular de ensino, os estudantes da rede municipal mostraram-se extremamente receptivos, tomando parte dos debates e fazendo efetiva campanha para eleger seus líderes de série.

CONCLUSÃO

O Projeto Eleitor do Futuro está em construção. Em cada estado vem assumindo um formato distinto e, na Bahia, tomou a si um desafio ainda maior: levar para além dos muros da Universidade a discussão sobre a cidadania e seu pleno exercício.

Suas perspectivas são promissoras à medida que acreditamos que o slogan “*se sonhar um pouco é perigoso, a solução não é sonhar menos, é sonhar mais*”,²⁸ adotado pela atividade de extensão acadêmica *Educação Jurídica para a Cidadania*, vem se concretizando através da prática cotidiana de seus estagiários e coordenadores e, ano após ano, vem se fazendo presente em um número cada vez maior de escolas.

Contanto, “sonhar” não pode jamais ser sinônimo de devaneio e, assim sendo, a Coordenação Geral do Projeto sabe que as adversidades se renovam e sua luta é constante!

Para 2005, pretende-se trabalhar com pelo menos 18 instituições, o que significa, em

²⁸ Marcel Proust

termos numéricos, três vezes a meta para o ano de 2004. Se isto for possível, estar-se-á no caminho para tornar realidade o desejo de ver o Projeto em cada canto desta Terra.

(...) quando eu imaginei o Projeto como projeto de extensão, eu achei que ele deveria ser permanente... a educação é a sede de tudo que a gente pode imaginar para esse país. Não é possível o país andar, se desenvolver, se nós não temos educação... e educação passa também por esse Projeto, certamente. Espero que ele se avolume, se expanda e o meu grande sonho é o de ver um dia, quem sabe, esse Projeto sendo realizado, não somente em Salvador, em Camaçari, mas em todo o estado da Bahia”.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5.ed, 2004, 236p.

COHN, Amélia. *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: MOTA, Carlos Guilherme da (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000, 492p.

DAMATTA, Roberto. *Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional*. In: DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4.ed, 1991, p.71-102.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2.ed., 1996, 90p. Coleção Primeiros Passos.

PINSKY, Jaime. *História da Cidadania: afina o que é ser cidadão?* Revista Espaço Acadêmico, ano II, n. 23, abril/2003, periodicidade mensal.

ROSAS, Vanderlei de Barros. *Afinal o que é Cidadania?* (artigo disponível no endereço <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei7.htm> - acesso em 25/11/2004).

VIEIRA, Listz. *Em torno do conceito de cidadania*. In: VIEIRA, Listz. *Os argonautas da cidadania - a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 403p.